

International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A.

CNPJ nº 18.082.788/0001-98

**Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Relatório da Administração:** A administração da International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("Companhia") apresenta a V.Sas., em conjunto com este Relatório da Administração, as demonstrações financeiras e notas explicativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras"). **Desempenho Econômico-Financeiro:** A Companhia apresentou consistentes e animadores resultados para o ano de 2022, mesmo em face de persistentes dificuldades e desafios impostos pelo cenário inflacionário vivido pelo Brasil e pelo mundo, com altas taxas de juros e perda de poder de compra por parte do consumidor final. O exercício social de 2022 apresentou crescimento de 17% de receita líquida (i.e. R\$ 146,00 milhões vs. R\$ 125,29 milhões no exercício de 2021).

No último trimestre de 2022, a receita líquida da Companhia apresentou crescimento de 25% frente ao mesmo período do ano anterior, saltando de R\$ 51,89 milhões para R\$ 64,76 milhões, indicando um forte crescimento para o próximo ciclo. O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 41,00 milhões no exercício social de 2022. São R\$ 106,61 milhões de lucros líquidos acumulados nos últimos três exercícios sociais, com margem líquida média de 28%. A Companhia finalizou o exercício social de 2022 com montante total de valores em caixa de R\$ 105,42 milhões. O Ano Coleção 2022 e Exercício Fiscal de 2022 apresentaram os seguintes resultados em comparação ao período anterior:

Balanco patrimonial		Nota	2022	2021
<b>Ativo/Circulante</b>			<b>195.237</b>	<b>160.105</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.560	44.969	
Aplicações financeiras	5	101.863	46.913	
Contas a receber de clientes	6	72.718	57.222	
Estoques	7	12.359	9.770	
Outros créditos		4.737	1.231	
<b>Não circulante</b>			<b>19.989</b>	<b>16.586</b>
Aplicações financeiras	5	125	125	
Outros créditos		829	751	
Impostos diferidos	20	8.698	6.842	
Total do ativo realizável a longo prazo			<b>9.652</b>	<b>7.718</b>
Imobilizado	8	2.919	2.804	
Direito de uso	9	784	971	
Intangível	10	6.634	5.094	
Total do ativo permanente			<b>10.337</b>	<b>8.869</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>215.226</b>	<b>176.691</b>

Balanco patrimonial		Nota	2022	2021
<b>Passivo/Circulante</b>			<b>51.182</b>	<b>43.467</b>
Fornecedores	11	9.384	5.517	
Obrigações sociais e trabalhistas	12	10.575	10.121	
Impostos e contribuições a recolher		608	620	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	16.981	16.238	
Adiantamento de clientes		2.855	982	
Arrendamento mercantil	9	528	811	
<b>Não circulante</b>			<b>16.102,51</b>	<b>9.178</b>
Arrendamento mercantil	9	236	204	
Provisão para contingências	15	123	88	
Patrimônio Líquido	16	<b>163.685</b>	<b>132.933</b>	
Capital social		18.750	18.750	
Reserva de capital		2.809	2.809	
Reserva legal		3.750	3.750	
Reserva de lucros		138.376	107.624	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>215.226</b>	<b>176.691</b>
<b>Reserva de Lucros</b>			<b>105.190</b>	<b>75.929</b>
<b>Reserva de Lucros acumulados</b>			<b>36.711</b>	<b>36.711</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>18.750</b>	<b>1.705</b>	<b>3.750</b>	<b>894</b>	<b>24.299</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-
Reserva de stock options		-	-	-	-	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>18.750</b>	<b>2.809</b>	<b>3.750</b>	<b>107.624</b>	<b>132.933</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-
Reserva de capital		-	-	-	-	-
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-
Reserva de stock options		-	-	-	-	-
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>18.750</b>	<b>2.809</b>	<b>3.750</b>	<b>138.376</b>	<b>163.685</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

**1. Informações sobre a Companhia:** A International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A. ("IS" ou a "Companhia") fornece conteúdo de soluções bilíngues efetivas no ensino do idioma inglês, em parceria com a realidade das escolas brasileiras e está domiciliada no Brasil. A sede está localizada na cidade de São Paulo, com filial localizada em Fortaleza. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica CPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos financeiros, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **Políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis: **a) Instrumentos financeiros - CPC 48 (IFRS 9):** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio de resultado. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, adiantamento de clientes e arrendamento mercantil. **Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias de títulos ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Para fins de mensuração subsequente os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, adiantamento de clientes e arrendamento mercantil. **Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realisar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **c) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, em comparação com o número de unidades disponíveis no método de custo médio e incluem custos incorridos na compra de estoques, custos de produção editorial e outros custos incorridos em traz-los para a sua localização e condição atuais. Os custos do estoque adquirido são determinados após deduzir quaisquer descontos e impostos recuperáveis. As obras didáticas em andamento são consideradas como estoques em andamento e compreendem custos incorridos para criar conteúdo educacional inacabado. Esse valor é medido com base na alocação de horas incorridas pelos colaboradores da produção editorial na elaboração de conteúdo educacional. A provisão para perda de conteúdo educacional é calculada com base em seu valor esperado líquido realizável. A provisão para obsolescência dos estoques é registrada no custo das vendas. Ao determinar a provisão para perda de conteúdo educacional, a Companhia considera a avaliação atual do mercado, as tendências do setor e a demanda projetada do produto, em comparação com o número de unidades atualmente em estoque. **d) Imobilizado:** Os equipamentos educacionais compreendem itens educacionais que fazem parte do modelo de ensino utilizados pelos alunos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando os seus custos e seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota explicativa. O valor residual dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benefitórias	Material educacional	Total
10%	10%	20%	20%	20%	20%	
Equipamentos de informática						20%
Benefitórias						22,36% a 51,17%
Material educacional						33,33%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado com base na diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Os custos de reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. **e) Arrendamentos - CPC 06 (IFRS 16):** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os valores incentivados de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos

Demonstração do resultado		Nota	2022	2021
Receita líquida	17	146.000	125.290	
Custo das vendas	18	(21.153)	(17.007)	
<b>Lucro Bruto</b>		<b>124.849</b>	<b>108.283</b>	
Despesas de vendas	18	(55.857)	(39.314)	
Despesas administrativas	18	(18.260)	(15.055)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(949)	(1.127)	
Outras despesas		(1.527)	(1.580)	
Outras receitas		2.330	850	
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>51.186</b>	<b>52.057</b>	
Receitas financeiras	19	12.142	3.954	
Despesas financeiras	19	(1.248)	(634)	
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>10.894</b>	<b>3.320</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>62.080</b>	<b>55.377</b>	
Imposto de renda e contribuição social corrente		(22.933)	(19.617)	
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.856	951	
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido</b>		<b>20 (21.077)</b>	<b>(18.666)</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>41.003</b>	<b>36.711</b>	
Lucro líquido do exercício		41.003	36.711	
Outros resultados abrangentes		-	-	
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>41.003</b>	<b>36.711</b>	

as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todos e diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. **m) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discriminatória. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não são afetados por sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de materialidade para a divulgação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está revisando as políticas contábeis para avaliar os impactos da norma, se aplicável. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis).** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que não seja de risco e de políticas de instrumentos financeiros) • Gestão de capital. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas à força de incerteza nas estimativas financeiras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo

8. Imobilizado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Benefitórias	Material educacional	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>65</b>	<b>413</b>	<b>697</b>	<b>55</b>	<b>310</b>	<b>7.330</b>	<b>8.860</b>
Aquisições	1	-	780	-	-	1.184	1.975
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>66</b>	<b>413</b>	<b>1.477</b>	<b>55</b>	<b>310</b>	<b>8.514</b>	<b>10.835</b>
Aquisições	-	35	479	5	9	1.385	1.913
Baixas	(40)	(281)	(132)	(59)	-	-	(512)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>26</b>	<b>167</b>	<b>1.824</b>	<b>1</b>	<b>319</b>	<b>9.899</b>	<b>12.236</b>
<b>Depreciação</b>							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(20)</b>	<b>(147)</b>	<b>(233)</b>	<b>(26)</b>	<b>(170)</b>	<b>(4.945)</b>	<b>(5.541)</b>
Depreciação do exercício	(7)	(45)	(213)	(6)	(124)	(2.095)	(2.400)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(27)</b>	<b>(192)</b>	<b>(446)</b>	<b>(32)</b>	<b>(294)</b>	<b>(7.040)</b>	<b>(8.031)</b>
Depreciação do exercício	(3)	(37)	(314)	(1)	(25)	(1.396)	(1.776)
Depreciação das baixas	(9)	156	89	32	192	490	589
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(9)</b>	<b>(73)</b>	<b>(671)</b>	<b>(1)</b>	<b>(319)</b>	<b>(8.244)</b>	<b>(9.317)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>39</b>	<b>221</b>	<b>1.031</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>1.474</b>	<b>2.804</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17</b>	<b>94</b>	<b>1.153</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.655</b>	<b>2.519</b>

A Companhia avalia, em cada data de relatório, se existe uma indicação de impairment. Se existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há indícios de impairment e por isso, não foi constituída provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado. **9. Arrendamentos:** O balanço patrimonial apresenta os seguintes valores relacionados a arrendamentos:

	2022	2021
<b>Direito de uso</b>	<b>784</b>	<b>971</b>
Imóveis	784	971
<b>Arrendamento mercantil</b>	<b>236</b>	<b>204</b>
Circulante	528	811
Não circulante	784	1.015

A seguir, apresentamos os valores contábeis dos ativos e passivos de arrendamento com direito de uso da Companhia e os movimentos durante o exercício:

	Direito de uso	Arrendamento mercantil
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.186</b>	<b>2.392</b>
Despesa com depreciação	(1.215)	-
Juros incorridos	-	306
Pagamentos de passivos de arrendamento	-	(1.504)
Juros pagos	-	(179)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>971</b>	<b>1.015</b>
Adições e modificações de concessão	1.128	1.128
Despesa com depreciação	(1.315)	-
Juros incorridos	-	256
Pagamentos de passivos de arrendamento	-	(1.544)
Juros pagos	-	(91)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>784</b>	<b>(764)</b>
Taxa média anual de depreciação	29,9%	-

**10. Intangível**